



## RESOLUÇÃO CFESS Nº 1.149, DE 8 DE JUNHO DE 2026.

**EMENTA:** Dispõe sobre a concessão de diárias, auxílio de representação, ressarcimentos e transporte a conselheiras/os, empregadas/os e colaboradoras/es eventuais, que receberem a incumbência ou missão do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, no País ou no estrangeiro.

A **Presidenta do Conselho Federal de Serviço Social**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e

**Considerando** a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 107, de 8 de junho de 1993, Seção 1, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências;

**Considerando** a Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, que autoriza os Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a normatizar a concessão de diárias e auxílios de representação;

**Considerando** a Resolução CFESS nº 1.005, de 29 de agosto de 2022, Publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 30 de agosto de 2022, Seção 1, que dispõe sobre a concessão de diárias, auxílio de representação, ressarcimentos e transporte a conselheiras/os, assessoras/es, empregadas/os e convidadas/os, que receberem a incumbência ou missão do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, no País ou no estrangeiro;

**Considerando** a Portaria CFESS nº 34, de 7 de dezembro de 2022, que regulamenta os procedimentos administrativos relativos à concessão de diárias, auxílio de representação, ressarcimentos e transporte no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social;

**Considerando** os acórdãos nº 1925/2019, nº 1237/2022 e nº 1099/2026 – TCU – Plenário;

**Considerando**, ainda, a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Pleno do CFESS realizado de 28 a 31 de maio de 2026.

### RESOLVE:

**Art. 1º** Fixar em R\$ 500,00 o valor da diária a ser concedida para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e deslocamentos urbanos por ocasião de afastamento:

I - da sede da entidade, quando se tratar de empregadas/os;

II - do domicílio do beneficiário, quando se tratar de conselheiras/os.

**Parágrafo primeiro** - A diária não configura gratificação ou retribuição pelo exercício de atividade, e não será concedida por afastamento dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas.

**Parágrafo segundo** - A diária será paga pela metade de seu valor nos seguintes casos:

- I - o afastamento não exige pernoite;
- II - houver custeio da hospedagem pelo CFESS ou outra instituição;
- III - no dia de retorno.

**Parágrafo terceiro** - a diária ou meia diária, conforme o caso, será acrescida de parcela única no valor de R\$ 300,00, para o pagamento de despesas relativas a traslados para aeroporto, rodoviária, terminal hidroviário e estação ferroviária.

**Parágrafo quarto** - Os valores que excederem à parcela única prevista no parágrafo anterior poderão ser ressarcidos, desde que apresentados os comprovantes em até 5 dias úteis.

**Art. 2º** Fixar em U\$ 300,00 (trezentos dólares) a diária para viagens internacionais.

**Parágrafo primeiro** - O pagamento será feito no valor equivalente em moeda nacional, considerando a taxa de câmbio do fechamento do dia anterior calculada pelo Banco Central do Brasil, aferida na data de depósito da diária.

**Parágrafo segundo** - O CFESS custeará Seguro Viagem para os beneficiários das viagens internacionais.

**Art. 3º** Fixar em R\$ 200,00 o valor do auxílio de representação a ser concedido a conselheiras/os do CFESS, para cobertura de custos incorridos para a execução de atividades presenciais de interesse do conselho, não acumulável com diária ou ressarcimento.

**Parágrafo primeiro** - Poderá ser concedido o auxílio de representação a que se refere o caput a integrante de instância de processamento ético/disciplinar, inclusive quando a atividade se realizar por videoconferência.

**Parágrafo segundo** - O auxílio de representação não configura gratificação ou retribuição pelo exercício de atividade.

**Art. 4º** Os valores de diária, meia diária e auxílio de representação serão creditados na conta bancária da/do beneficiária/o até 48 horas antes da realização da atividade.

**Parágrafo primeiro** - A/O beneficiária/o deverá apresentar a comprovação da efetiva realização das atividades autorizadas em até 5 dias úteis da conclusão dos trabalhos.

**Parágrafo segundo** - Os valores de diária, meia diária e auxílio de representação recebidos e não utilizados, em decorrência da não realização da atividade planejada, deverão ser devolvidos ao CFESS, no prazo de 48 horas do recebimento ou da interrupção do trabalho, não sendo permitido lançamento de crédito ou compensação.

**Parágrafo terceiro** - A diária e o auxílio de representação são verbas de caráter eventual, de natureza indenizatória e que devem ser objeto de processo administrativo específico que contenha a demonstração de que se vinculam às finalidades da entidade e a motivação da concessão.

**Art. 5º** Fica estabelecido o direito de ressarcimento das seguintes despesas a conselheiras/os, e empregadas/os do CFESS, quando realizadas a serviço deste:

- I – correspondências;
- II - cópia de documentos;
- III - taxas cartoriais;
- IV – alimentação;
- V – transporte.

**Parágrafo primeiro** - Poderão ser ressarcidas despesas com alimentação em atividades realizadas por meio de videoconferência.

**Parágrafo segundo** - Excepcionalmente, poderão ser ressarcidas despesas extras, a critério do Conselho Pleno.

**Parágrafo terceiro** - O pedido de ressarcimento deverá ser apresentado por meio de formulário específico, onde conste a justificativa da atividade, devendo ser anexada cópia do(s) comprovante(s) da(s) despesa(s).

**Parágrafo quarto** - Serão considerados aptos a comprovar as despesas os documentos fiscais expedidos pelos fornecedores ou prestadores de serviços.

**Parágrafo quinto** - Os pedidos de ressarcimento previstos neste artigo e no parágrafo único do artigo 6º só poderão ser pagos dentro do exercício vigente, cabendo a(o) requerente formular o pedido em tempo hábil ao seu processamento.

**Art. 6º** Ficam estabelecidos os seguintes critérios para concessão de transporte:

- I - Percurso superior a 100 km - uso de transporte aéreo;
- II - Percurso igual ou inferior a 100 km - uso de transporte terrestre, ferroviário, marítimo ou fluvial.

**Parágrafo único** - O transporte a que se refere o caput é aquele regulamentado pelas autoridades públicas, podendo excepcionalmente ser ressarcido combustível em carro particular para conselheiras/os, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- I - A atividade deve ser previamente convocada;
- II - Assinatura de termo de responsabilidade, que será disponibilizado no site do CFESS;
- III - O valor não pode ultrapassar o custo correspondente das passagens aéreas, onde houver, que poderiam ser utilizadas no respectivo trecho (ida e volta);
- IV - O valor a ser ressarcido será de 20% (vinte por cento) do litro do combustível multiplicado pela quilometragem efetivamente percorrida;
- V - Está incluído no ressarcimento previsto no inciso anterior as despesas com desgastes gerais do veículo e com lubrificantes;
- VI - O valor do litro do combustível será comprovado por meio de nota fiscal;
- VII - A distância será aferida por site de mapas e imagens por satélite;
- VIII - Poderão ser ressarcidas despesas com pedágios ou estacionamento mediante a apresentação de comprovantes;
- IX - O ressarcimento de combustível não poderá ser cumulado com a parcela única prevista no parágrafo terceiro do art. 1º e com o auxílio representação previsto no art. 3º.

**Art. 7º** Aplica-se o disposto nos artigos 1º a 6º à pessoa que, por interesse do CFESS, atuar na qualidade de colaborador/a eventual.

**Art. 8º** As/Os representantes do CFESS nos Conselhos de Políticas Públicas ou em outros de igual natureza terão direito a receber a complementação da diferença do valor da diária, auxílio de representação ou parcela única (parágrafo terceiro do artigo 1º) recebida do órgão/Conselho em que o representante tenha assento, nas importâncias estipuladas pela presente Resolução.

**Art. 9º** O CFESS arcará com o pagamento da multa, incidente sobre o bilhete de transporte, quando a/o beneficiária/o tiver que adiar a viagem por motivo de doença, por manifesto interesse ou necessidade do CFESS, ou outro impedimento grave que justifique a medida.

**Parágrafo único** - O CFESS custeará a marcação de assento especial de bilhete de transporte para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de forma permanente ou temporária, quando a/o beneficiária/o requerer antecipadamente com a devida justificativa.

**Art. 10** Aplica-se o disposto nesta Resolução à pessoa que acompanhar beneficiária/o com deficiência ou com mobilidade reduzida a serviço do CFESS.

**Parágrafo primeiro** - A autorização da autoridade competente dependerá de justificativa, que será apresentada antecipadamente pela/o beneficiária/o por meio de declaração própria.



**Parágrafo segundo** - A/O beneficiária/o com deficiência ou com mobilidade reduzida poderá indicar a/o sua/seu acompanhante, fornecendo as informações necessárias ao trâmite das providências administrativas a serem tomadas.

**Art. 11** As/os Conselheiras/os do CFESS não receberão jetons em razão do cumprimento do mandato.

**Art. 12** As regras previstas nesta Resolução também se aplicam aos CRESS, que deverão expedir ato normativo para estabelecer os valores previstos nos artigos 1º a 3º, à luz de suas realidades locais, observando como limite máximo as quantias fixadas para o CFESS.

**Art. 13** Os casos excepcionais serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CFESS.

**Art. 14** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União revogando-se integralmente a Resolução CFESS nº 1.005, de 29 de agosto de 2022.

**Marciângela Gonçalves Lima**  
Presidenta do CFESS



#### INFORMAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Publicada no Diário Oficial da União nº 107, quinta-feira, 11 de junho de 2026, Seção 2, páginas 99/100.